



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIA APLICADAS - ICSA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - IEAD
PROGRAMA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PNAP
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODALIDADE À DISTÂNCIA

O CONSELHO ESCOLAR COMO AUXILIAR A GESTÃO EM UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE OCARA – CE.

MARIA ELIANE FERREIRA MENDES

REDENÇÃO – 2019

MARIA ELIANE FERREIRA MENDES

**O CONSELHO ESCOLAR COMO AUXILIAR A GESTÃO EM UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE OCARA – CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, em Administração Pública pela, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora Prof. Dra. Maria Aparecida da Silva.

REDENÇÃO - 2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Mendes, Maria Eliane Ferreira.

M538c

O Conselho Escolar como Auxiliar a Gestão em uma Escola no Município de Ocara ? Ce / Maria Eliane Ferreira Mendes. - Redenção, 2019.

43f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Maria Aparecida da Silva.

1. Conselho Escolar; participação. 2. Administração Escolar.
3. Gestão democrática. I. . II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 371.2

A minha querida Orientadora Dra. Maria Aparecida da Silva e meu querido Esposo Alexandre Cezar da Silva, que contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus, pela saúde e disposição que nos permitiram a realização deste trabalho.

A minha Orientadora Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva, pela amizade, dedicação e acima de tudo pelo grande exemplo de mulher.

A meu marido, que sempre me apoiou em momentos difíceis e me acompanhou nas aulas durante toda a minha trajetória acadêmica.

Aos membros do Conselho Escolar e demais membros da comunidade escolar da E.E. F. Luís Cândido pelo excepcional trabalho e pela abertura que nos permitiu a realização de nosso estudo.

A meu pai Aderson Mendes e minha mãe Naíde Correia, (in memória), os quais sempre nos incentivaram aos estudos.

A minha família pela compreensão e palavras de amizade tão importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de turma pela amizade que perdurara pelo resto de nossas vidas.

Agradecemos também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente,
o que fazemos para mudar o que somos.”

Eduardo Galeano

RESUMO:

O presente trabalho analisa o papel do conselho escolar como fonte de auxílio para a gestão administrativa escolar da Escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveira em Ocara – CE, verificando o impacto, e as dificuldades, dessa relação. A pesquisa foi apoiada por trabalhos de Vieira e Vital (2015), Lück (2009) (2013), Menezes et. al. (2016), Ribeiro e Oliveira 2018 (2018), entre outros. A pesquisa de campo contou com visitas a instituição e entrevistas semi-estruturadas com os membros do Conselho Escolar. Foi possível verificar a participação dos membros do Conselho Escolar, identificar as ações concretas desenvolvidas pelo Conselho estudado, averiguar a existência de algum tipo de preparação para os membros, além de visualizar a compreensão dos mesmos com relação a legislação e atributos que lhe são conferidos. Os resultados mostraram-se relevantes, pois além de mostrar falhas, revelou possibilidades ainda latente.

Palavras-Chave: Conselho Escolar; Administração Escolar; Gestão democrática; participação.

ABSTRACT:

This paper analyzes the role of the school council as a source of support for the administrative management of the Luis Candido de Oliveira School of Elementary School in Ocara - CE, verifying the impact and difficulties of this relationship. The research was supported by works by Vieira and Vital (2015), Lück (2009) (2013), Menezes et. al. (2016), Ribeiro and Oliveira 2018 (2018), among others. Field research included visits to the institution and semi-structured interviews with members of the School Board. It was possible to verify the participation of the members of the School Council, to identify the concrete actions developed by the Board studied, to investigate the existence of some type of preparation for the members, and to visualize their understanding regarding the legislation and attributes that are conferred upon it. The results proved to be relevant, since besides showing flaws, it revealed possibilities still latent.

Key-words: School Council; School Administration; Democratic management; participation.

Sumário

1. Introdução:.....	10
2. Referencial Teórico.....	12
3. Metodologia.....	21
4. Analise de dados.....	25
5. Considerações final	36
6. Referencias.....	40

1. Introdução:

Compreende-se que todos os momentos são, por sua própria essência, fortuitos para analisar e reconhecer às ações dos sujeitos enquanto transformadores da sociedade. No entanto, a contemporaneidade com seus novos desafios e desdobramentos trazem uma dinâmica que exigem constante pesquisa sobre Conselho Escolar sua relação com a administração das instituições escolares. Ao se propor estudar o Conselho Escolar como auxiliar a gestão escolar adentra-se em um campo ainda escasso de pesquisas e repleto de questionamentos.

A presente pesquisa se justifica por ser a escola um campo de debate e disputa reconhecida, de forma quase que unanime, por pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, como também pela própria classe que retém o poder. Nesse sentido ao se pesquisar o Conselho Escolar, estamos também pesquisando o protagonismo social em um de seus nascedouros, pois o Conselho Escolar como uma representatividade da comunidade escolar trás em sua essência o debate de idéias na busca do bem comum.

Balizados nessa afirmação, pode-se então inferir que a pesquisa vai muito além da simples análise da gestão escolar adentrando em um campo amplo da qual a administração também faz parte que é o campo das ciências sociais que tem por base o indivíduo em seus múltiplos movimentos.

Para uma melhor construção da pesquisa, foi escolhido como objeto o Conselho Escolar da E. E. F. Luis Candido de Oliveira em Ocara – CE e a sua relação como auxiliar a gestão dessa instituição, tendo em vista que essa é uma instituição de ensino de grande porte, localizada na sede do município de Ocara- Ce, conta com 684 (seiscentos e oitenta e quatro) alunos de diversos bairros desse município, a qual apresenta uma problemática semelhante a de outras instituições educacionais.

Deste modo a presente pesquisa terá uma abordagem quali-quantitativa, a qual busca identificar nas dinâmicas do Conselho Escolar sua real contribuição na gestão da instituição educacional, partio-se então de algumas categorias teóricas como participação e gestão democrática no ensino público. Além do levantamento vários questionamentos como: O Conselho Escolar pesquisado está de fato, contribuindo para o processo de gestão escolar democrática e participativa? E Na prática, o Conselho

Escolar está assumindo as atribuições que os sistemas de legislação e normas de ensino lhes conferem?

Para alcançar tais respostas foi lançando como objetivo geral: Analisar o papel do Conselho Escolar como fonte de auxílio para a gestão administrativa escolar da Escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveira em Ocara – CE, verificando o impacto, e as dificuldades, dessa relação.

Para se alcançar tal objetivo, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: Identificar as ações concretas desenvolvidas pelo Conselho estudado; Averiguar a existência de algum tipo de preparação pra os membros do Conselho Escolar; Analisar a compreensão dos membros com relação as atribuições enquanto parte do conselho.

Para a realização desse trabalho foi necessário uma grande seleção da literatura, para assim se compor o referencial teórico que não só é composto por alguns dos principais nomes da literatura especializada, como Vieira e Vital (2015), Lück (2009), (2013), Menezes et. al. (2016), Ribeiro e Oliveira 2018 (2018), entre outros, mas também conta com a legislação pertinente como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/96 o PNE 2014-2024, Desse modo, acredita-se ser possível montar uma base focada na problemática apresentada que permita um diálogo para além de nossos pares na academia, mas que alcança os sujeitos da presente pesquisa.

A metodologia do presente trabalho, foi dividida em diversas partes complementares, que se iniciou com a construção do projeto de pesquisa, que ocorreu principalmente nas disciplinas de seminário, a escolha e seleção do referencial teórico, além da coleta de dados primários que contou com diversas visitas, análise de atas das reuniões do conselho além de entrevistas com os membros do mesmo, por fim motou-se um um panorama que permitiu responder aos questionamentos e criar outros para assim também ser instigado a criação de novas pesquisas.

O trabalho não se encerra com as considerações finais, que apresentam respostas para os questionamentos levantados e dificuldades encontradas, mas a presente pesquisa caminha para além dos muros universitários chegando aos sujeitos pesquisados que são os cidadãos comuns que compõem a comunidade escolar.

2. Referencial Teórico

Ao se buscar um conceito para o termo pesquisa nos foi encontrada a concepção de Demo (2000, p. 33), o qual compreende a pesquisa como “a instrumentação teórica metodológica para construção do conhecimento”. Um conhecimento que segundo Luna (2000, p. 15), “preencha uma lacuna importante em uma determinada área do saber humano”.

Partindo desse conceito e tendo em vista os objeto e questionamento da pesquisa, vislumbrou-se sobre o Conselho Escolar enquanto auxiliar na gestão educacional.

No debate de Carmo (2006), a gestão educacional é uma das instâncias que compõe a gestão governamental, e atualmente vem ganhando destaque na pauta das discussões no âmbito nacional e internacional. Esse fenômeno se explica pela compreensão de que a educação é um dos fatores determinantes para o desenvolvimento de um país. Deste modo, o tema tem despertado interesse de estudiosos, como também tem crescido a oferta de cursos de formação relacionados a esse campo.

Vieira e Vital (2015), destacam o significado histórico e fundamental da gestão democrática:

A ideia de gestão democrática foi um marco importante na legislação do país. Com efeito, desde o fim do regime militar – na então denominada “abertura lenta, gradual e segura” movimentos de educadores lutaram por fazer valer a defesa de seus interesses e inscrever esses e outros princípios nos documentos que passariam a orientar as políticas de educação.

São diversas as áreas educativas que envolvem os caminhos para se construir uma educação, no viés de Libaneo (2004), de qualidade, e esse viés passa obrigatoriamente pela gestão das instituições escolares. Isso posto, compreende-se que a educação se realiza em relação a contextos e cenários socioculturais e produtivos, políticos e educativos, o que torna necessário para sua qualidade, o conhecimento e compreensão desses contextos pelos educadores e a inserção de seus conteúdos no currículo escolar.

A educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo, dinâmico e evolutivo, em vista do que demanda não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para efetivá-lo com a

qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda (LIBANEO: 2004)

Conforme preceitua Lück (2009); a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

Compreende-se então que o Conselho Escolar enquanto instituição responsável pela gestão escolar, auxilia diretamente os gestores ao formentar estratégias e ações que devem ser seguidas pelo núcleo gestor.

A compreensão do Conselho Escolar de como instância de participação coletiva, é considerado como um espaço institucional capaz de contribuir para superar a administração centralizada, até então, vigente na escola e, ao mesmo tempo, contribuir para edificar uma gestão democrática que envolva todos os que – direta ou indiretamente – atuam no processo educacional. Essa forma de conceber a gestão possibilita a aproximação não só entre os segmentos internos da escola, mas também entre a instituição educacional e a comunidade escolar.

Conforme Lück (2009):

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. Para tanto, cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional. Nessa equipe de gestão tem destaque o diretor escolar, responsável maior pelo norteamento do modo de ser e de fazer da escola e seus resultados. (LÜCK: 2009).

Sintetizando a visão do mesmo autor, a gestão escolar, constitui-se por essência como um instrumento de ação e controle dos recursos, financeiros e humanos, propondo e auxiliando na busca de metas e objetivos educacionais orientadores da promoção de

ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos.

Nesse sentido Menezes et. al. (2016), resalta a necessidade de envolver a população na gestão escolar; “a ideia de envolver a população no cotidiano escolar é algo que tem legitimidade na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96)”, quando estabelece que as escolas sejam organizadas e administradas seguindo princípios de gestão democrática (BRASIL, 2001).

O estudo de Ribeiro e Oliveira 2018 (2018), baliza ainda que o Conselho Escolar é o mecanismo que sempre despertou maior interesse nas mais diferentes pesquisas, por se enxergar neste órgão um potencializador da cidadania no contexto escolar.

A gestão da educação precisa, essencialmente, favorecer a atuação da comunidade no desenvolvimento da concepção, definição, análise e fiscalização das políticas educacionais, por meio de instrumentos institucionais. O acompanhamento da sociedade acontecerá na inclusão de classes e grupos sociais engajados direta ou indiretamente no andamento do processo educativo e que, normalmente estão suprimidos das decisões (pais, alunos, professores, agentes e educadores).

Para Ribeiro e Oliveira 2018 (2018):

Conselho Escolar é retratado como um órgão associado à gestão da escola, atendendo características de um instrumento consultivo, decisório e mobilizador. É possível observar também a concepção do Conselho como uma instância colegiada cuja participação coletiva precisa se efetivar (...). Estes três conceitos, articulados entre si, ao serem estruturados de modo democrático, para que efetivamente sejam cumpridos, não nos resta dúvida de que os resultados para a escola são os melhores possíveis em termos de estímulo à prática cidadã por parte dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Tendo por base os estudos desses autores é possível compreender os enormes desafios de construir uma gestão realmente democrática, e focada em uma participação

ativa e conciente.

O dicionário online do português define o termo participação como: “[sf] Ação ou efeito de participar; fazer parte de alguma coisa; colaborar”. Esse entendimento de participação está ligado com a ação de pertencimento de ajuda. Na concepção dos diversos autores pesquisados essa concepção é fundamental na formação de uma gestão democrática dentro do Conselho Escolar.

Para autores como Lück (2013)

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e seus resultados. Esse poder é resultante da competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando à unidade social vigor e direcionamento firme.

Lück apud Ribeiro e Olivera (2018) é brilhante ao gestar essa relação;

[...] a participação se constitui em uma expressão de responsabilidade social inerente à expressão da democracia. Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. (RIBEIRO E OLIVEIRA: 2018).

Reis apud Lima e Miotto (2007), compreende a questão da participação e organização como um ponto central da escola.

Toda organização existente no âmbito escolar, refletida e elaborada a partir de uma reflexão do seu cotidiano. Sua construção requer uma ruptura com a hierarquização e centralização de poderes. Portanto, deve ser construído no processo democratizado de tomadas de decisões e encaminhamentos com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, direção, coordenação, equipe administrativa, vizinhos, liderança comunitária e grupos da comunidade) para vivenciado a todos o momento.

É inegável que a participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e da dinâmica de suas relações, além de propicia um clima de trabalho favorável e uma maior aproximação entre professores, alunos e pais. Em síntese a participação configura-se como o pilar central na construção de uma gestão democrática e principalmente como mecanismo de

integração entre Conselho Escolar e gestão nas unidades escolares.

Ao fundimos esse conceito com as falas de Ribeiro e Oliveira (2018), compreende-se que o Conselho Escolar tem um papel fundamental na escola, já que ele oportuniza e potencializa a participação da direção, dos professores, dos alunos, dos funcionários e da comunidade escolar, fazendo com que todos esses segmentos participem, exerçam sua palavra dentro da unidade e compartilhem o poder decisório, favorecendo assim, a prática efetiva da gestão democrática.

Ainda segundo os mesmos autores; “Os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva definida pelos autores como emancipadora”.

Ao se visualizar a concepção de diversos autores sobre a gestão democrática, percebe-se diversos pontos de convergência:

Todos os autores convergem a respeito dos seguintes pontos: a importância da gestão democrática como um direito conquistado; a centralidade da participação colegiada nas instâncias decisórias da gestão escolar democrática; a importância do papel de liderança, desde que dialógica e democrática, do gestor escolar na condução de uma gestão participativa e nas múltiplas funções (pedagógica, humana, administrativa, social) que um gestor escolar possui na consolidação de uma gestão que tenha a democracia como paradigma. Ainda que os trabalhos possuam nuances diferentes, tais princípios referidos são unânimes entre os autores e fundamentais dentro de nossa proposta (Ribeiro e Oliveira: 2018).

Os mesmos autores salientam ainda que uma gestão democrática seria aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção de uma educação de qualidade. Articulando a ideia de gestão democrática e cidadania, Paro (2004), argumenta a respeito da necessidade de unir o significativo, qualidade, a um viés de democracia, justiça social, coletividade, em oposição a uma lógica que aprisione a idéia de qualidade aos resultados questionáveis das avaliações externas.

Ribeiro e Oliveira (2018,) destacam que:

a gestão democrática impulsiona a transparência, a impessoalidade, a autonomia, a participação, a liderança, o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, surgindo um anseio de crescimento dos sujeitos enquanto cidadãos. Desse modo, todos os autores citados defendem

que a gestão democrática deve transformar as práticas escolares continuamente, através do diálogo sistemático cultivado como princípio fundante da gestão da escola.

Visualiza-se na legislação vigente e na literatura específica, no que tange as funções primordiais do Conselho. Em seu artigo 206, a Constituição Federal institui os “princípios do ensino”, inserindo, no Inciso VI a “gestão democrática do ensino público”, princípio este que é reassumido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou similares. (BRASIL: 1996)

Pode-se então inferir, que há um reconhecimento por parte da legislação virgente no que tange o reconhecimento do Conselho Escolar como uma via de efetivação da gestão democrática dentro do ambiente escolar. Tendo por base a legislação vigente a os conceitos de Vital e Vieira (2015) e Ribeiro e Oliveira (2018), foi construída uma síntese das funções primordiais do Conselho Escolar, que são:

- Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.
- Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação. (Ribeiro e Oliveira: 2018).

A presente exposição revelou que o Conselho Escolar tem papel decisivo como mecanismo de gestão e principalmente no que os diversos autores definem como gestão democrática da escola, no passo em que reúne os mais diversos segmentos da comunidade escolar para discutir, definir, acompanhar e avaliar o desenvolvimento e as necessidades que a escola apresenta.

Nesse perspectiva, o gestor precisa ser um “parceiro” e mesmo como membro nato do conselho, estar disposto a levar questionamentos apresentar de forma real as necessidades da instituição, não impondo sua vontade individual, e aceitando ainda que contrario a decisão da maioria. Porém, conforme destaca Ribeiro e Oliveira (2018), este pode ser um dos grandes percalços para implantação de um Conselho efetivamente democrático, ao passo de que não há o dialogo entre gestão e Conselho Escolar.

Os autores Ribeiro e Oliveira (2018), espõem em seu trabalho propostas que são na concepção dos mesmos indispensáveis para a formulação de um Conselho Escolar democrático, que realmente funcione como instrumento auxiliar a gestão escolar, os quais serão expostos a seguir: Sensibilizar familiares, funcionários e alunos da escola acerca da importância do Conselho escolar; Informar os diversos segmentos que compõe a comunidade escolar a respeito das decisões do Conselho; recolher e apresentar idéia geradas na comunidade dentro das reuniões do colegiado; Abrir diversos e amplos meios de diálogo e debates entre comunidade e Conselho Escolar e quando necessário, em comum acordo com todas as partes, levar esse dialogo para além das fronteiras da Comunidade Escolar propriamente dita.

Os pontos apresentados por Ribeiro e Oliveira (2018) estão em consonância com a visão de Menezes et. al. (2016), ao afirmarem que a gestão participativa permite a criação coletiva de decisões e posicionamentos críticos que combatem ideias burocráticas de hierarquia, fortalecem a autonomia da escola. E com Cabral e Duarte (2011), ao compreenderem a necessidade de trabalhar a gestão descentralizada, nesse sentido esse princípio deve balizar a gestão no ambito escolar, como fundamento para a gestão democrática:

A descentralização configura-se como aspecto relevante na administração gerencial –, argumenta-se que ela propicia as condições favoráveis para tornar mais eficazes as políticas públicas, ao aproximarmos o centro de decisões dos serviços públicos dos consumidores, assegurando-lhes o direito

de escolher os equipamentos sociais que oferecem melhor qualidade; permite que os cidadãos participem das decisões que afetam suas vidas.

Lück (2009) compreende os inúmeros desafios para criarmos uma gestão participativa dentro das escolas, pois para o autor a gestão escolar deve pautar-se na visão de conjunto e com a perspectiva de abertura para os novos dilemas de natureza educacional; o papel educacional da escola e dos profissionais que nela atuam; a natureza e as demandas psicossociais educacionais dos alunos; a relação da escola com a comunidade, dentre outros aspectos.

Nesse mesmo viés as afirmações de Cabral e Duarte (2011) permitiram compreender a necessidade das mudanças de concepção dentro dos modelos de gestão gerencial.

Essas mudanças se materializam na concepção de um novo modelo de gestão que se propunha a superar o modelo burocrático de orientação weberiana, considerando que ele enfrentava problemas e não respondia mais às necessidades circunscritas àquele momento. (...) O ponto de apoio da reforma gerencial é a busca da eficiência, pela redução e controle dos gastos públicos, pela demanda de melhor qualidade dos serviços públicos, pela descentralização administrativa, concedendo maior autonomia às agências e departamentos. Há preocupação, portanto, com o produto em detrimento dos processos (CABRAL E DUARTE: 2011).

Essa preocupação deve ocupar o espaço central nas gestões escolares, compreendemos então o grande número de questões que devem ser enfrentadas dentro do âmbito dos Conselhos Escolares não podendo essa simplesmente ocupar-se das relações administrativas não cabendo a simplificação dessa instância a questões secundárias como a simples fiscalização financeira, pois conforme destaca Meneses et. al. (2016), O conselho também é incubido de questões pedagógicas fundamentais, pois a educação é feita em diversos âmbitos incluímos aqui o próprio Conselho como instrumento pedagógico.

Para Cabral e Duarte (2011), ainda que a gestão educacional, em atendimento a esses novos requerimentos, passou a ser organizada de modo a otimizar os recursos e garantir a produtividade da escola, utilizando, para isso, um discurso de participação e autonomia. Exigem-se dos gestores habilidades e criatividade para encontrar novas soluções, sobretudo, para aumentar a eficiência, utilizando, entre outros mecanismos, os modelos de avaliação do desempenho.

Nessa concepção, a divisão das responsabilidades da gestão escolar com o Conselho Escolar é imperiosa para se compor uma gestão focada nas necessidades da coletividade, em outras palavras o distanciamento do Conselho do dia-a-dia escolar é extremamente prejudicial a gestão e a instituição como todo tendo em vista nas falas de Lück (2009), a escola enquanto mantenedor da própria sociedade. Vislumbra-se assim, uma aproximação da concepção de gestão democrática e participativa na educação. Ainda na visão do mesmo autor:

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo (LÜCK: 2009).

Conforme preceitua Silva e Perin (2014), não se pode pensar numa escola efetivamente democrática, sem que haja o envolvimento político e social de toda a comunidade escolar – gestores, professores, funcionários, pais e alunos. E, não se pode pensar em envolvimento político e social, sem antes pensar em ações que possam possibilitar a esta comunidade o acesso às informações, à formação e ao conhecimento. Pois, apesar de garantida em lei, a gestão democrática nem sempre é efetivada na escola. Esse espaço, infelizmente ainda é permeado pelo autoritarismo nas relações que envolvem direção, equipe pedagógica, professores, funcionários e alunos.

O trabalho de Cabral e Duarte (2011), percebem falhas na implementação da educação estando esse instrumento em muitos casos aquém da sua potencialidade.

As potencialidades das ações desenvolvidas pelo conselho escolar estão exatamente na possibilidade de participação dos diferentes segmentos que compõem a unidade escolar. No entanto, a sua efetivação depende da mobilização de cada segmento. A implantação dos conselhos tem se mostrado insuficiente para provocar mudanças significativas no espaço escolar, pois, em algumas escolas, as decisões de caráter administrativo e pedagógico ainda estão pautadas nas velhas relações autoritárias, na maioria das vezes, centralizadas na figura do diretor e de um grupo muito pequeno da comunidade escolar, na sua maioria, professores, ficando ainda muito restrito à participação dos pais e alunos e funcionários.

Em síntese percebe-se que o Conselho Escolar tem papel fundamental na

construção de uma gestão democrática na educação, não só pela mesma ser composta por representantes de todos os segmentos envolvidos na comunidade escolar como: professores, alunos, pais, funcionários, diretor, além de representantes da comunidade, para que juntos possam discutir, e acompanhar e avaliar o a aplicação e desenvolvimento das ações pedagógicas que irá nortear toda a escola, contudo nem sempre esse potencial é totalmente explorado. O ponto central de nossa pesquisa caminha nessa perspectiva de compreendermos se o Conselho Escolar esta sendo utilizado em toda a sua potencialidade.

Desse modo o presente referencial teórico permitiu formular uma pesquisa real, a qual além de ajudar a perceber determinadas realidades, permitiu a formulação de estratégias com vista a melhoria das relações dentro do Conselho Escolar.

3. Metodologia

Muitas são as possibilidades de pesquisa dentro do campo da gestão educacional, no caso deste trabalho, a atenção recai sobre a relação entre o Conselho Escolar e a gestão democrática, para tanto buscou-se, verificar a atuação do Conselho Escolar de uma Escola Pública, realizando uma análise comparativa entre a legislação proposta e a prática observada.

Conforme destaca Lima e Mito (2007):

A pesquisa pode ser entendida como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade.

Lüdke e André (2012, p. 02) compreendem a pesquisa como uma atividade ao mesmo tempo momentânea, de interesse imediato e contínuo por se inserir numa corrente de pensamento acumulado, o que nos remete ao caráter social da pesquisa. Nesse sentido, o presente trabalho é mais uma forma de olhar a relação entre Conselho Escolar e a gestão democrática.

Nesse mesmo aporte, foi utilizada a concepção de Victorio Filho (2007), para o autor o pesquisador deve estar “a altura”, ou seja, preparado para ser modificado pelo

objetivo que deseja desvendar, pois à medida que ocorre a mutação do indivíduo o mesmo começa a trazer a luz, afirmações e sutilezas capazes de também modificar a realidade em que o objeto está inserido.

Mais do que demonstrar isso ou aquilo, deve mostrar, dar a ver, fazer vir, desentranhar, fazer emergir, revelar, descobrir, desvendar, expor à luz. Não lhe basta conhecer o poder (institucional explícito), deve perceber o fluxo da potência (subterrânea). Se não pode provar o que aconteceu no passado nem prever o futuro, cabe-lhe narrar bem o presente. Mescla de antropólogo, de fotógrafo, de repórter, de cronista e de romancista, necessita captar e narrar a fluência, o extraordinário e a complexidade do vivido. (Victorio Filho: 2007).

O presente trabalho foi composto por 03 (três) momentos interligados, sendo que no primeiro momento foi selecionada a base bibliográfica que contou com um grande aparato de obras que culminaram em uma seleção adequada às necessidades da resolução da problemática.

Conforme destaca Lima e Miotto (2007), “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

No segundo momento, tendo em vista uma completa delimitação do tema e os objetivos desejados, realizou-se o levantamento dos dados, essa foi composta pela pesquisa documental e entrevistas semiabertas com roteiro semiestruturado.

Para Sa-Silva; Almeida e Guindani (2009), “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

Nesse enfoque as fontes contaram com: Documentos da própria escola, e do Conselho Escolar, registro de reuniões, além de entrevistas com membros do Conselho escolar. Tomando por base as afirmações de Sa-Silva; Almeida e Guindani (2009), sobre o uso de documentos:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Para efetivar da presente pesquisa, realizou-se entrevistas com os membros do

conselho, a partir de questionários com perguntas abertas e o levantamento da documentação (estudo das atas do conselho escolar), o que permitiu compreender melhor o corpus de nossa pesquisa.

Com relação as entrevistas semiabertas com roteiro semiestruturado Trivinos (1990), afirma que “parte de questionamentos básicos, apoiados e teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”.

As visitas a Escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveiea foi realizado nos dias 09 a 12 de abril de 2019, nesse período foi verificado as fonte documentais, além da realização das entrevistas com todos os membros do Conselho escolar, as mesmas foram realizadas em ambiente escolar na coordenação e na sala de professores e foi amplamente aceita pelos membros e extremamente esclarecedores para o trabalho.

O terceiro momento do estudo constitui-se da análise do material levantado, sempre tendo em voga a relevância da pesquisa, e a escrita da redação academica. Em vista disso, o trabalho realizado configurou-se como uma pesquisa exploratória que visou prover ao pesquisador e a comunidade maior conhecimento sobre o assunto.

Conforme a definição de Martins (2018):

Pesquisa exploratória é um dos tipos de pesquisa científica. Consiste na realização de um estudo para a familiarização do pesquisador com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa.

Ela é aplicada de maneira que o pesquisador tenha uma maior proximidade com o universo do objeto de estudo e que ofereça informações e orienta a formulação das hipóteses da pesquisa.

Na concepção de Mattar (1999), a pesquisa exploratória é apropriada para os primeiros estágios de investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes.

Concebe-se ainda, que a pesquisa exploratória também pode ser usada como um passo inicial de um processo contínuo de pesquisa, ou seja, não se limitando a um

objetivo fixo pois, para Malhotra (2011):

A pesquisa exploratória depende muito da curiosidade e da percepção do pesquisador, essa pesquisa é mais como um processo de descoberta informal, embora as habilidades do pesquisador não sejam as únicas determinantes de uma pesquisa exploratória de qualidade.

Uma das características da pesquisa exploratória, tal como é geralmente concebida, refere-se à especificidade das perguntas, o que é feito desde o começo do presente trabalho e permitiu atingir os objetivos desejados.

O estudo aqui proposto se realizou prioritariamente com uma abordagem qualitativa, mas em alguns momentos, foi dado um tratamento quantitativo. Neves (1996), “compreende o tratamento qualitativo dado a uma dada pesquisa, como um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

Para Godoy (1995), o estudo qualitativo necessita de um plano definido e focado nos objetivos e nas especificidades que se deseja revelar:

Em linhas gerais, num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas (GODOY: 1995).

O trajeto de pesquisa não se deteve apenas a buscar padrões ou levantar estatísticas, mas por meio das observações foi possível desvendar especificidades que ajudaram a compreender a relação do objeto com o a realidade em que se encontra.

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa foca na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY: 1995).

Morais (2011) ao citar Latour, chama a atenção para o fato de que o texto é um laboratório – nele pré-formamos, realidades, reunimos e misturamos certos ingredientes,

produzimos possibilidades, reproduzimos realidades sempre focadas nas necessidades em que este inserido.

Não se espera responder todos os questionamentos, mas sim levantar novas dúvidas e inquietações que demonstrem a relevância do tema, que infelizmente vem sendo deixado de lado.

4. Análise de dados

A coleta de informações rendeu dados primários que foram obtidos por meio da análise documental, pesquisa bibliográfica, observação e principalmente aplicação de entrevistas. Os métodos de trabalho utilizados permitem examinar fatos e fenômenos, os quais são fundamentais para se alcançar os objetivos propostos.

Conforme a análise dos documentos, compreendeu-se que Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luís Cândido de Oliveira, sediada na Av. Cel. João Felipe, Centro Ocara – Ce, É uma sociedade civil e se regerá por um Estatuto, que está de acordo com o Código Civil. Essa é também uma sociedade sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar.

Em seu art. 3º e 4º compreendemos a natureza e atribuições do conselho

Art. 3º - O Conselho Escolar terá natureza deliberativa, mobilizadora, consultiva e fiscalizadora nos assuntos referentes à GESTÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA da Unidade de Ensino, compatíveis com as normas legais em vigor assumindo responsabilidades social e coletiva, com implementação de suas deliberações, ficando subordinado à Assembléia Geral, fórum máximo de decisão da Comunidade Escolar.

Art. 4º - O Conselho Escolar tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, constituindo-se no órgão máximo de direção.

Percebe-se que o Conselho Escolar, objeto do presente estudo, ocupar uma função central dentro da unidade escolar da qual faz parte, principalmente no que tange a gestão da unidade. O estatuto possui uma definição bastante clara com relação a gestão escolar:

Art. 5º - Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, efetivando o envolvimento da comunidade, no âmbito da unidade escolar, baseada na legislação em vigor e nas diretrizes pedagógicas administrativas fixadas pela Secretaria de Educação.

Conforme foi percebido o Conselho Escolar deve integrar-se ao dia-a-dia da escola, daí vem a necessidade de seus membros comporem a própria comunidade escolar, o Estatuto define a Comunidade Escolar como “o conjunto constituído pelos membros do magistério, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos e funcionários que protagonizam a ação educativa da escola” (Ocara: 2018, Art. 6º). Concebe-se então que a atuação do Conselho Escolar deve ter como objetivo maior os interesses dos alunos e por conseguinte da própria instituição, conforme se demonstra no Art. 7º

Art. 7º - A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visará ao interesse maior dos alunos inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, para assegurar o cumprimento da função da escola que é ensinar.

Conforme preceitua o estatuto do Conselho em seu Art. 8º, a ação do Conselho Escolar deve sempre estar articulada com a ação dos profissionais que atuam na escola, preservada a especificidade de cada área de atuação.

Comprovou-se por meio deste a relevância do objeto de estudo para a gestão escolar e mesmo como um mecanismo de participação popular, essa se efetiva de fato nesses espaços de resistências buscando ainda que de forma limitada modificar a realidade estrutural na qual estão inseridos.

Para se gerar melhores inferências a respeito do trabalho realizado, foi aplicado aos membros do Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luis Cândido de Oliveira um questionário aberto, o qual foi apostado por meio de entrevistas, a análise do corpus será apresentada a seguir. Para manter a questão do anonimato da pesquisa resolveu-se numerar os entrevistados de 1 a 17.

A pesquisa foi identificando o perfil dos entrevistados, para por conseguinte traçar-se um perfil do próprio Conselho Escolar, notou-se que o mesmo segue uma paridade, entre os seguimentos: pais, aluno, funcionário, e professor, além do diretor (gestão escolar) membro nato, conforme consta no estatuto em seu art. 11 e 12.

Art. 11 - O Conselho Escolar é composto por membro nato e por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

Parágrafo Único - O Diretor da unidade de ensino é o único membro nato do Conselho Escolar.

Art. 12 - A composição do Conselho Escolar obedecerá ao critério da paridade, contemplando os segmentos que compõem a comunidade escolar: 25% de professores, 25% de funcionários não docentes, 25% de alunos, 25% de pais ou responsáveis pelos alunos e o diretor que é membro nato.

Para cada seguimento possui 4 (quatro) membros. Conforme o grafico a seguir.

Gráfico 01: distribuição dos membros do Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveira.

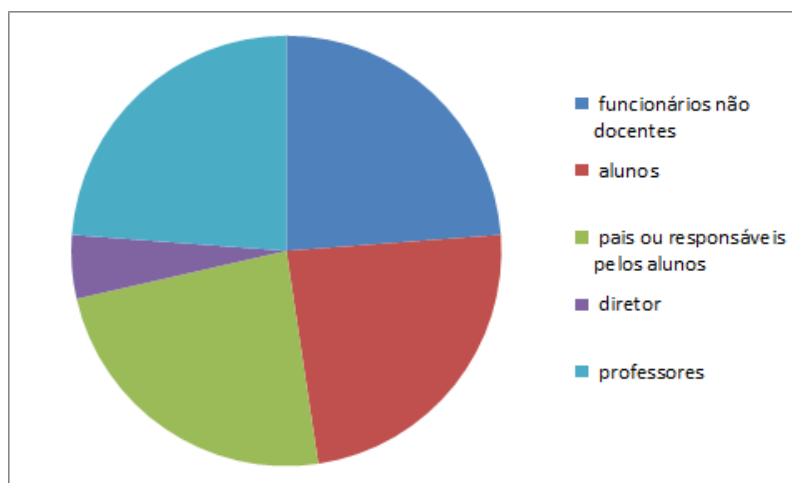


Gráfico criado pelo pesquisador conforme análise de dados.

Conforme análise das entrevistas, nota-se que o Conselho Escolar, passou por uma renovação, mesmo com a possibilidade da recondução. Pois ao se perguntar “Há quanto tempo você faz parte do Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveira?”.

Apenas 01(um) membro do conselho encontrava-se em seu segundo mandatos, contudo o direito a uma reeleição é garantido pelo estatuto do Conselho escolar:

Art. 24 - Ressalvado o Diretor da Unidade Escolar, membro nato, os demais membros do Conselho Escolar cumprirão mandato de 02 (dois) anos, admitida apenas uma reeleição consecutiva.

Na presente pesquisa não há uma análise desse fenômeno, que deve também constituir-se como objeto de futuras pesquisas

Questionou-se, em seguida, sobre o conhecimento dos membros do conselho com relação às funções do mesmo: “Você conhece as funções do Conselho Escolar? Poderia indicar alguma função?”.

Todos os membros pesquisados indicaram conhecer parcialmente as funções do Conselho Escolar pesquisado, conforme indicam algumas falas de membros do mesmo:

“Algumas eu sei, que o conselho é responsável por controlar as despesas com PDDE”. (entrevista 17).

“Eu acho que sim. Passa por nós a questão do dinheiro e nós também somos responsáveis por questões pedagógicas, tipo assim, o aluno está mal comportado, nós podemos tentar ajudar o professor”. (entrevista 02).

Conforme preceitua o próprio estatuto, em seu art. 10 o conselho possui as seguintes atribuições:

Art. 10 - Compete ao Conselho Escolar:

- I. Deliberar sobre assuntos de interesse da Comunidade Escolar;
- I. Estabelecer prioridades, diretrizes, estratégias e metas a serem perseguidas pela Unidade Escolar;
- II. Discutir a proposta orçamentária anual da escola a ser encaminhada à Secretaria Educação;
- III. Definir prioridades de aplicação dos recursos financeiros destinados à escola;
- IV. Propor soluções para as questões relacionadas com a execução do projeto pedagógico da escola;
- V. Acompanhar e avaliar o desempenho da administração da escola como um todo e seus reflexos no processo ensino-aprendizagem;
- VI. Deliberar sobre o plano de execução da escola, em função das demandas locais;
- VII. Promover a capacitação de seus próprios membros, visando a melhoria e o aperfeiçoamento da gestão democrática;
- VIII. Decidir sobre a utilização alternativa, pela comunidade local, de espaços disponíveis porventura existentes na Unidade Escolar;
- IX. Propor à Secretaria Educação a constituição de parcerias a serem pactuadas com entidades públicas e/ou privadas, objetivando a melhoria ou aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem, e a assinatura de convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas, que envolvam matéria de interesse do Município;
- X. Receber e administrar os recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, assim como advindos da comunidade de entidades privadas ou provenientes da promoção de campanhas escolares;

- XI. Apreciar o relatório anual de desempenho da Unidade Escolar, comparando os resultados obtidos com as metas estabelecidas;
- XII. Deliberar sobre a prestação de contas dos recursos financeiros da Unidade Escolar;
- XIII. Manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões correlatas não previstas neste Estatuto.

Menezes, et. al (2017), compreende as funções do conselho como: funções mobilizadora, consultiva, deliberativa e fiscalizadora.

Partindo dessa análise compreende-se que 45% comentaram apenas uma das funções, os outros 55% citaram apenas duas funções. Conforme visualizamos no gráfico a seguir:

Gráfico 02: Compreensão das funções Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira por seus membros.

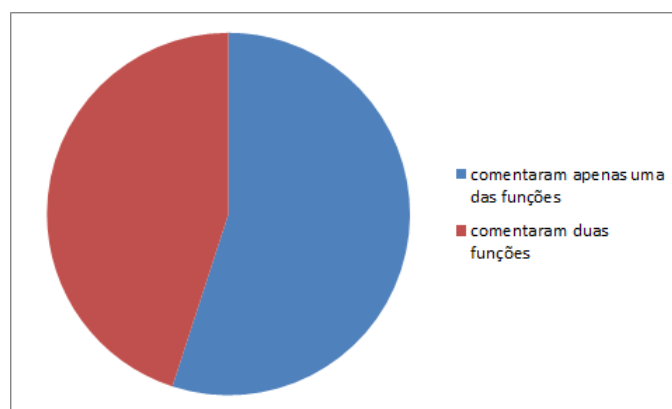


Gráfico criado pelo pesquisador conforme análise de dados.

Foi questionado, o conhecimento dos membros com relação a legislação pertinente ao Conselho: “Você tem conhecimento da legislação que criou os Conselhos Escolares?”.

Todos os membros lembraram que o Conselho Escolar é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme percebe-se nas falas de alguns entrevistados.

“Eu sei que os Conselhos Escolares, são uma exigência legal e que eles são assegurados pela LDB de 1996”. (Entrevistado 05)

“Eu acho que eles estão na LDB”. (Entrevistado 06).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96, em seu art. 14, parágrafo segundo preceitua a participação das comunidades locais em conselhos escolares, dando início à formação dos Conselhos Escolares surge como um desafio de implementação por estar condicionados a uma construção cultural, política e histórica descentralizada.

Conforme preceitua Silva e Perin (2014):

Para uma ação efetiva do Conselho Escolar torna-se primordial a compreensão do seu conceito e capacidade de intervenção. Em geral, as normas sobre conselhos referem-se a funções deliberativas, consultivas, normativa, mediadora, mobilizadora, fiscal, recursal e outras.

A seguir foi perguntado: “Em que situações a gestão administrativa pediu auxílio do conselho escolar para tomar decisões?”

Diversas situações foram apresentadas, sendo que a mais lembradas, foram as ligadas as questões financeiras.

“Sempre é apresentado os gastos e o que deve ser comprado, por exemplo, estavam necessitando de um Datashow, todos nos decidimos comprar um, os recursos quase não davam, mas deu certo”. (entrevista 10);

“Nos decidimos com o que deve ser gasto o valor que a escola recebe do PDDE, a maior parte vai para papel, lápis de cor cola, esses materiais, mas decidimos se vamos comprar um ventilador ou outra coisa para melhorar a sala de aula[...]”. (entrevista 11).

“Os recursos são pouco, mas alguém aponta uma necessidade outro outra, com um pouquinho de jeito a gente busca melhorar a situação de todos.” (entrevista 12)

Contudo nota-se que outras situações também foram lembradas, como por exemplo, a troca do nome da escola.

“Nos discutimos a necessidade de mudar o nome de Colégio para Escola novamente” (entrevista 07)

“Teve agora recentemente uma reunião para ver a questão do nome da Escola, já tinha me acostumado com colégio, mas mudou tá bom também” (entrevista 13)

“Levamos para as reuniões o que é necessário para melhorar a sala de aula.”

(entrevista 05)

Foi também lembrado pelos membros do Conselho que este também deve ser consultado com relação a questões pedagógicas.

“Uma vez também fomos consultados com relação a um aluno, não só nos mais o próprio Conselho Tutelar, mas antes de tomamos alguma providencia o aluno pediu transferência para outra escola noutro município” (entrevista 08)

“ Já teve consulta para decidir algumas coisas relacionadas a alunos, mas deu certo” (entrevista 16)

O último ponto lembrado pelos membros diz respeito a eventos realizados pela própria escola.

“Somos consultados quando chega no dia das mães, dia dos pais e dia das crianças”. (entrevista 03)

“Também somos consultados quando tem os eventos da escola, como o dia das mães, a Pascoa, dia das crianças e o Natal”. (entrevista 11)

As falas dos entrevistados revelam que o Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira é consultado em diversas situações do mesmo modo em que preceitua o próprio estatuto em seu art. 10, o qual já foi citado acima. Esse tipo de ação é amplamente discutido e reinterado pela literatura concernente. Destaca-se a fala de Silva e Perin (2014) Uma vez que se encontra no contexto do Conselho Escolar deve cumprir suas funções e verdadeira efetivação coletiva em todo o processo de elaboração e definir os pressupostos teóricos e metodológicos.

Os mesmos autores utilizando-se das falas de Bordignon, nos revela que:

O Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. O Conselho Escolar representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence (SILVA E PERIN :2014).

Tendo por base a questão anterior questiona-se, quais são as ações concretas desenvolvidas pelo Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira?

As falas dos entrevistados mostram um cenário de participação ainda que não seja explorada toda a potencialidade do Conselho Escolar, percebe-se que os membros buscam se inserir no dia-a-dia da instituição buscando conhecer as necessidades da escola e aquilo que eles podem está contribuindo.

“Nós conselheiros sempre participamos das reuniões de pais e mestres e outras ações como o dia das mães e das crianças, participamos também da elaboração do PPP da escola”. (entrevista 01)

“Nos sempre tentamos acompanha o dia-a-dia da escola, principalmente no que é gasto com os recursos, perguntamos o que está faltando e o que é preciso comprar”. (entrevista 02)

“Tem os eventos da Escola que a gente a gente é apresentada como membro do conselho e nos gastos da Escola, a gente ver o que está faltando e compra” (entrevista 03)

“A gente tenta trabalhar conforme as necessidades da escola, naquilo que ela necessita”. (Entrevista 04)

Os entrevistados 05 e 07 fazem menção a uma ação concentra realizada pela escola que teve participação efetiva do Conselho Escolar.

“Ano passado a escola trabalhou, arrecadando alimentos para famílias carentes, também teve brinquedos e roupas essa ideia foi apresentada por um dos membros eu só não me Lembro quem foi”. (Entrevista 05)

“Ano passado pele primeira vez a escola arrecadou alimentos para uma família e eu achei isso muito importante, essa ideia partiu do Conselho”. (entrevista 07)

Nas falas de outros membros percebe-se que estes também estão preocupados com a relação entre escola e comunidade.

“Nos ajudamos nos eventos da escola, principalmente no Dia das Mães e Dia das Crianças, esses já são eventos esperados e a comunidade sempre comparece (entrevista 09)

“Tem o Arraia que muito importante para a comunidade e para nos da escola, além do Dia das Mães, esses eventos são oportunidades das pessoas verem o trabalho

estamos realizando. Nós do conselho nunca ficamos de fora arregaçamos as mangas e trabalhamos” (entrevistado 11).

A análise das falas de diversos membros do conselho escolar permitiram compreender que este não pode se afastar da escola e que deve sim inteirar-se das dificuldades, buscando assim trabalhar para o bem da coletividade, pois para Martine e Vieira (2014):

O Conselho Escolar ainda é visto como um órgão burocrático, criado para o atendimento ao cumprimento da legislação, contudo esse possui um grande potencial, que em grande parte dos casos ainda se encontra latente, mas quando este se direciona para a relação conhecer a escola e agir em favor deste as possibilidades são imensas. [...]

A escola não raro se perde em seus afazeres diários (que são muitos), preocupando-se funções extremamente específicas, quando o Conselho Escolar busca se inserir no dia-a-dia da escola as possibilidades de desenvolvermos ações efetivas realmente se ampliam.

Meneses et. al. (2017), compreende que o Conselho escolar, por ser um colegiado tem por base a diversidade de ideias e que algumas tomadas de decisões podem refletir essas contradições, mas quando o interesse da maioria é trabalhado, normalmente os resultados são positivos.

No último questionamento buscou-se compreender se “Os membros do conselho Os membros Conselho Escolar são preparados para realizar as funções que lhe são pertinentes?

A resposta foi negativa, apenas 23,5% dos membros do Conselho se sentiam ou consideravam que os membros do mesmo estavam realmente preparados para atuarem conforme a exigência do colegiado:

“Eu acho que sim tento estudar conhecer o que é o Conselho, como está o Luis Cândido, o que eu posso fazer para ajudar, mas quanto mais formação melhor é”. (entrevista 02)

“Sim, além de haver muitos professores os membros estão sempre procurando conhecer o Conselho Escolar, mas se houvesse um curso ou outra preparação seria melhor e poderíamos desenvolver nossas funções com mais segurança”. (entrevista 04)

“Sim, eu sempre leio tudo o que encontro sobre o Conselho Escolar. Não tenho

um curso que pudesse ajudar ainda mais.”(entrevista 16)

Para os outros 76,5% dos membros do Conselho Escolar pesquisados, há uma insatisfação com o nível de conhecimento a respeito do tema,

“pelo menos eu não fui, nós já solicitamos a Secretaria de Educação algum tipo de formação que sinceramente eu não sei muito bem as minhas funções”. (entrevista 01)

“Acho que não! Se houvesse um curso seria melhor”. (entrevista 03)

“Sou professor mais me falta um pouco de preparação para atuar como Conselheiro da Escola Luís Cândido”. (entrevista 08)

“Não, eu compreendo a importância da função que ocupo e tenho um certo medo de fazer algo de errado”. (entrevista 10)

“Eu já procurei por minha conta algumas coisas tipo cursos ou outra formação, mas não encontrei muita coisa e sinceramente eu não me sinto muito segura quanto a função de conselheira (entrevista 11).

“Não! Há uma necessidade de cursos ou outro tipo de formação”. (entrevista 16).

O gráfico a seguir permite uma melhor visualização de como os membros do Conselho Escolar pesquisado se sentem com relação a preparação a realizar as funções pertinentes ao conselho.

Gráfico 03: satisfação dos membros do Conselho Escolar da escola de Ensino Fundamental Luis Candido de Oliveira com relação a preparação para atuarem como membros do Conselho Escolar.

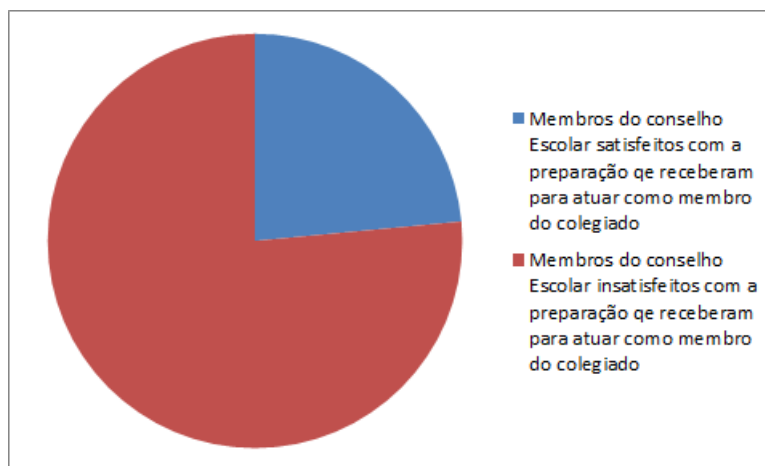


Gráfico criado pelo pesquisador conforme análise de dados.

Contudo, percebe-se que todos acreditam na necessidade de uma maior preparação seja por meio de cursos, palestras ou algum outro tipo de formação continuada.

Os dados levantados vão em consonância com o que Meneses et. al. (2017) afirma em seu trabalho. Apenas um conselho composto por membros realmente preparados e em constante formação é capaz de resolver as problemáticas que surgem diariamente em uma instituição escolar.

Libaneo (2004) em seu turno destaca que o Conselheiro tem funções específicas e que requerem uma preparação e formação constante. Ao analisarmos o que fala o estatuto encontramos, garantias de formação, o que poderia facilitar a preparação dos membros do Colegiado.

Ao final da análise foram respondidas as questões que vão de encontro ao objetivo proposto, ao mesmo tempo que brotaram novas dúvidas, as quais espera-se que sejam respondidas em pesquisas futuras. A seguir apresenta-se as considerações finais.

5. Considerações final

A presente pesquisa foi de uma grande relevância, desde a provocação inicial, passando pela escolha do tema e da instituição pesquisada a saber Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira, caminhando pela gestação de toda a problemática o que resultou na confecção do projeto de pesquisa que norteou o presente trabalho.

Trabalhou-se diversas habilidades, as quais são necessárias para realiza-se uma pesquisa, pois o mesmo foi uma oportunidade de se analisar a gestão em uma escola pública ainda escasso de pesquisas.

Todas as consultas à literatura especializada evidenciaram a relevância do Conselho Escolar para o desenvolvimento da instituição (escola), tendo em vista que a mesma busca o desenvolvimento do discente.

Desse modo compreende-se que o Conselho Escolar, revela-se como um campo de disputa, de contradição, mas também como um espaço para participação e controle popular. A comunidade ao envolver-se na educação, conseguiu, nas palavras de diversos autores: dividir responsabilidades; definir, focar e alcançar metas.

Além disso, o Conselho Escolar é capaz de fazer o diálogo entre diversos segmentos, que são responsáveis pela educação formal, como as Secretarias e outras instituições normativas. Além disso, ficou evidenciado pelo próprio Estatuto que o Conselho Escolar pesquisado pode auxiliar no próprio fazer pedagógico, tendo em vista o desenvolvimento dos discentes e o bem da instituição.

É possível então inferir que esta pesquisa mostra-se relevante para estudos dentro do espectro da Administração Pública, pela relevância desse campo para a participação popular e principalmente pelo potencial que este tem em transformar a sociedade.

Para alcançar os resultados, foi extremamente necessária nossa trajetória dentro do curso de Administração Pública, pois ele rendeu um arcabouço teórico que em conjunto com a literatura pesquisada e corpus de pesquisa permitiram atingir os objetivos aqui propostos.

Vários questionamentos foram levantados e respondidos ao longo do presente trabalho: O Conselho Escolar pesquisado esta de fato, contribuindo para o processo de gestão escolar democrática e participativa?

Conforme os resultados da análise, os Conselhos Escolares contribuem, ainda que não em sua capacidade máxima de atuação, pois conforme foram indicados por meio das entrevistas a principal função executada pelos conselhos, no auxílio a gestão escolar encontra-se no controle fiscal ao construir o orçamento para os recursos da escola, principalmente os referentes ao PDDE, contudo conforme foi indicada, o Conselho, atua de maneira pontual principalmente como suporte em eventos realizados pela escola.

O Conselho também busca conhecer as necessidades da instituição de ensino inserindo-se no dia-a-dia da instituição, buscando conhecer as necessidades e potencialidades da mesma, mas a pesquisa revelou que não há um dialogo efetivo com a gestão e que o conselho não atua de forma tão decisiva nas práticas pedagógicas, esse ponto inclusive, deve ser retomado mais adiante como um provável objeto de novas pesquisa.

Na prática, o Conselho Escolar está assumindo as atribuições que os sistemas de legislação e normas de ensino lhes conferem?

Conforme a análise das competências descritas no Artigo 10º do Estatuto do Conselho Escolar pesquisado, o qual já foi citado em sua integridade em capítulos anteriores, o Conselho Escolar não realiza todas as suas atribuições ficando restritos há questões financeiro burocráticas. Também não foi notado, conforme preceitua o mesmo artigo, o acompanhamento e a avaliação do desempenho da administração da escola como um todo e seus reflexos no processo ensino-aprendizagem, nota-se também uma grande e sentida ausência na promoção da capacitação de seus próprios membros, visando à melhoria e o aperfeiçoamento da gestão escolar.

A pesquisa revelou ainda, que na prática, o Conselho Escolar pesquisado não está assumindo todas as atribuições que os sistemas de legislação e normas de ensino lhes conferem, o que tende a prejudicar a relação deste como auxílio a gestão escolar.

Ao responde-se estes questionamentos fundamentais em no presente trabalho, foi possível alcançar os objetivos, a saber: objetivo geral Analisar o papel do Conselho

Escolar como fonte de auxílio para a gestão administrativa, verificando o impacto, o auxílio, as dificuldades, as possibilidades do Conselho Escolar como auxiliar a gestão administrativa na Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira em Ocara – CE.

Ao verifica-se o impacto da não realização de todas as atribuições do Conselho Escolar pesquisado, percebe-se que esse fato impossibilita a criação de uma gestão estratégica na entidade da qual o Conselho faz parte. O principal auxílio destes fica por parte da questão financeira e burocrática a qual ocupa boa parte dos recursos e tempo nas reuniões e atividades desenvolvidas pelo Conselho.

Com relação às dificuldades, nota-se uma falta de preparo e conhecimento sobre as atribuições dos membros e o próprio papel do Conselho como auxiliar na gestão escolar. Notou-se também uma falta de tempo para realizar algumas ações mais concretas e principalmente para um envolvimento maior dentro de algumas ações desenvolvidas pela própria escola. Esse fenômeno pode ser compreendido pelas inúmeras atribuições de alguns membros, como professores, pais, alunos, gestão e profissionais não docentes, que possuem inúmeras atribuições em seu fazer do dia-a-dia, não podendo desprender uma maior atenção para o próprio Conselho.

Trabalhou-se também com diversos objetivos específicos os quais dialogam com o referencial teórico e com o objetivo geral o que permitiu identificar as ações concretas desenvolvidas pelo Conselho estudado, averiguar a existência de algum tipo de preparação para os membros do Conselho Escolar, além de analisar a compreensão dos membros com relação às atribuições enquanto parte do conselho.

Verificou-se que os membros do Conselho ainda que parcialmente participam das ações concernentes ao mesmo. Foi possível também identificar as ações concretas desenvolvidas pelo Conselho estudado, como o trato com a questão financeira e burocrática, a participação do Conselho Escolar em eventos, além de um envolvimento ainda que parcial no dia-a-dia da escola.

Ao longo da pesquisa foi possível averiguar que não existe nenhum tipo de preparação para os membros do Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido de Oliveira, ainda que este seja assegurado pelo Estatuto do Conselho Escola em seu Art. 10º. Por fim foi analisado a compreensão dos membros do Conselho

Escolar com relação às atribuições do mesmo e a realização da gestão democrático-participativa. Notou-se, no entanto que os membros não têm um preparo adequado para exercer as funções que lhe são pertinentes conforme o Estatuto, não reconhecendo todas as suas atribuições.

Por fim, percebe-se que a grande contribuição da presente pesquisa reside em demonstrar às limitações do Conselho Escolar pesquisado, como a falta de preparo para exercer todas as atribuições do cargo e mesmo um tempo mais adequado para atuar pelo Conselho Escolar, por conseguinte percebe-se que esse fenômeno impede a realização de uma gestão realmente participativa. O que revelou também a necessidade de uma lutar para que os conselhos se efetivem como instrumentos democráticos o que, por sua vez, resultaria em um maior fortalecimento da escola e de outros espaços de participação popular

Ao final dessa pesquisa abri-se a possibilidade de novos estudos que envolvam o Conselho Escolar, como por exemplo: De que modo o Conselho Escolar contribuem com as ações e metas descritos no Projeto Político e Pedagógico da escola? Existe e como se realiza o diálogo entre os Conselhos Escolares e os órgãos ou instancias normativas da educação, como Secretaria de Educação, CRED (Coordenadoria regional de Educação) etc.? Outro questionamento que vem a tona é de que modos esses mesmos órgãos ou instancias regulatórias e normativas da educação estão contribuindo com o fortalecimento e a emancipação do Conselho Escolar?

Não há dúvida da relevância do presenteo trabalho de pesquisa, pois o mesmo se constituiu como uma oportunidade de “conversação” não só com os membros da academia, mas de levar a tona questões que são relevantes para toda uma comunidade. Resta agora o compromisso de levar os resultados aqui obtidos para a além dos muros universitários, compondo assim parte de um dialogo permanente com toda a sociedade por meio de novas pesquisas, sempre tendo em vista o bem da coletividade e a emancipação humana.

6. Referencias

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cad. 1 a 5. Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Publicada no DOU de 27.12.1961 Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm acesso em 22 de fevereiro de 2019.

CABRAL, Antônio; DUARTE, Alda Maria. Escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. Em **Educação & Sociedade**, vol. 32, núm. 116, julio-septiembre, 2011, pp. 745-770 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

CARMO, A. L. L. **Gestão Educacional**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/gestao-educacional/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, 125 p.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. In **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Cécilia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>> Acesso em 23 de março de 2019.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Perspectivas da gestão escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores**. Em Aberto. Brasília. v.17, n.72, p.1-195, fev./jun., 2013.

LÜDKE, Menga e ANDRE, Maril E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [Reimp.] São Paulo: E.P.U, 2012

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000,108 p.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão** – 3º Ed. São Paulo, Percursor Pretience Hall, 2011. PP 491.

MARTINS, Raquel Sant'ana; VIEIRA, Leociléa Aparecida. **Conselho escolar: uma construção coletiva**. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranagua_ped_artigo_raquel_santana_martins.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing** – 2º ed. São Paulo; Atlas, 1999.

MENEZES, Francisco José Ferreira et. al. **Conselho Escolar na Gestão Democrática: atuação de uma Escola pública do município de Maracanaú-Ce**. TCC, apresentado a Pró-reitoria de Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como item obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção, 2016.

MORAIS, Antonio de. O texto como objeto de estudo. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em 22 de março de 2019.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa** – características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo. V.1, Nº 3, 2º sem. 1996.

OCARA – CE. Escola de Ensino Fundamental Luís Candido. **Histórico da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido**. Ocara- Ce, 2000.

_____. **Projeto Politico Pedagógico PPP da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido**. Ocara - Ce, 2000.

_____. **Estatuto do Conselho da Escola de Ensino Fundamental Luís Candido**. Ocara - Ce, 2018.

OLIVEIRA, Emauelle. **Estudo de casos**. Disponível em <<https://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>>. Acesso em 14 de abril de 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2010.

RIBEIRO, Márden Pádua e OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. **Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta**. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10864>>. Acesso em: 09 de junho de 2019

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc.**, v.1, n.1, p.1-15, 2009.

SILVA, Aureci Santos Torres da e PERIN, Conceição Solange Bution. **Instâncias colegiadas**: o conselho escolar como espaço de participação para a democratização da gestão escolar. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranavai_ped_artigo_aureci_santos_torres.pdf>. Acesso em 24 de março de 2019.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

VICTORIO FILHO, A. **Pesquisar o cotidiano é criar metodologias**. Educ. Soc., v. 28, n. 98, p. 97-110, jan./abr. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche e VIDAL, Eloisa Maia. Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo. Revista **Iberoamericana de Educación**, n. 67, 2015. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie67a01.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2019.